



EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2026

OBJETO: Registro de preços para contratação de serviços de locação, montagem, operação e desmontagem de infraestrutura técnica para eventos.

ORIGEM DOS RECURSOS: próprio

ENDEREÇO ELETRÔNICO: A licitação ocorrerá por meio de sistema eletrônico no Portal de Licitações através do endereço <http://186.224.14.198:8079/comprasedital/>

DATA E HORÁRIO DA SESSÃO PÚBLICA: 12/03/2026, às 09 horas (horário de Brasília-DF)

REFERÊNCIA DE TEMPO: Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília/DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico.

PRAZO LIMITE PARA SOLICITAÇÃO DA CHAVE DE ACESSO: 11/03/2026 - 16 horas.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GÁLIA, Estado de São Paulo, comunica aos interessados que se acha aberto o Edital de **Pregão Eletrônico nº 007/2026**, tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, a ser realizada através do endereço <http://186.224.14.198:8079/comprasedital/>, com utilização de recursos de tecnologia da informação, denominada **PREGÃO ELETRÔNICO**, objetivando a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, MONTAGEM, OPERAÇÃO E DESMONTAGEM DE INFRAESTRUTURA TÉCNICA PARA EVENTOS**, relacionados no Anexo I, que será regida pela Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, com suas alterações posteriores, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, atualizada pela Lei Complementar nº 147/2014, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, em conformidade com as disposições deste edital e seus respectivos anexos.

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e seus anexos, e serão encaminhadas por meio eletrônico, através do endereço: <http://186.224.14.198:8079/comprasedital/>. A sessão pública de processamento deste Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico <http://186.224.14.198:8079/comprasedital/> no dia e horário mencionados no preâmbulo deste edital, e será conduzida pelo(a) Pregoeiro(a) com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos deste processo e indicados no sistema pela autoridade competente.



O envio da proposta de preços vinculará o licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

1 - DO LOCAL, DATA, HORÁRIO E CADASTRO NO SISTEMA

1.1 - A sessão pública será realizada no site <http://186.224.14.198:8079/comprasedital/> no dia **12/03/2026**, com início às **09 horas**, horário de Brasília/DF.

1.1.1 - O cadastro no Sistema será efetuado no endereço <http://186.224.14.198:8079/comprasedital/> na opção SOLICITAR CHAVE DE ACESSO, no canto direito da tela. Após encaminhar a solicitação, será enviado por e-mail a chave de identificação e a senha. O cadastro será feito apenas uma vez. O manual do fornecedor desenvolvido para auxiliar na operação do Portal de Compras está disponível para download em formato pdf no endereço: www.galia.sp.gov.br e também através de solicitação por e-mail para: licitacao@galia.sp.gov.br.

1.2 - Somente poderão participar da sessão pública as empresas que apresentarem propostas através do site e horário descritos no item acima.

1.3 - Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data/horário acima mencionados, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

2 - DO OBJETO

2.1 - Registro de preços para contratação de serviços de locação, montagem, operação e desmontagem de infraestrutura técnica para eventos, relacionados no Anexo I, observadas as especificações e quantidades ali estabelecidas, compreendendo:

- Sistemas de sonorização profissional;
- Sistemas de iluminação cênica;
- Painéis de LED;
- Palcos e estruturas metálicas;
- Gradis de contenção;
- Geradores de energia;
- Camarins modulares;
- Banheiros químicos;
- Equipe de apoio e segurança para eventos.

2.2 - O julgamento será pelo critério de menor preço por item.



2.3 - A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

3 - DA PARTICIPAÇÃO

3.1 - Poderão participar do presente pregão eletrônico as empresas que possuam ramo de atividade pertinente ao objeto desta contratação e que atendam a todas as exigências, inclusive quanto à documentação constante deste Edital e seus Anexos e estejam previamente credenciadas no Portal de Compras do Município como Fornecedores no sítio <http://186.224.14.198:8079/comprasedital/>

3.2 - Como requisito para participação no PREGÃO ELETRÔNICO o licitante deverá manifestar, em campo próprio do Sistema Eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta de preços está em conformidade com as exigências previstas neste Edital, bem como com a descrição técnica constante do Anexo I do presente edital.

3.3 - A participação do licitante resulta no pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no edital.

3.4 - A empresa participante deste certame deverá estar em pleno cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição e na Lei Federal nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, podendo ser exigida a comprovação a qualquer tempo.

3.5 - O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

3.6 - O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.7 - É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.8 - A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.9 - Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para



o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006.

3.10- Além de cooperativa e de pessoa física, não poderá disputar esta licitação:

- a) Aquele que não atenda às especificações deste edital e seus anexos;
- b) Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- c) Pessoa jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- d) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do(s) órgão(ões) ou entidade(s) contratante(s) ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão da Ata de Registro de Preços, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- e) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- f) Pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- g) Agente público do órgão ou entidade licitante;
- h) Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
 - h1) A vedação da participação de empresas sob a forma de consórcio justifica-se por:
 - O objeto a ser licitado não envolve questões de alta complexidade técnica e de relevante vulto, em que empresas isoladamente, não tenham condições de suprir os requisitos de habilitação do edital, com vistas à ampliação da competitividade e à obtenção da proposta mais vantajosa.
 - Riscos Financeiros e Garantias: Consórcios compartilham responsabilidades financeiras, se alguma consorciada apresentar dificuldades financeiras, o consórcio será afetado.
- i) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP;



j) Agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021.

4 - REPRESENTAÇÃO E CREDENCIAMENTO

4.1 - Para participar deste Pregão, o licitante deverá se credenciar no Sistema de PREGÃO ELETRÔNICO através do site <http://186.224.14.198:8079/comprasedital/>

4.2 - O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível para acesso ao sistema eletrônico.

4.3 - O credenciamento do licitante dependerá de registro cadastral atualizado no Portal de Compras Municipal.

4.4 - O credenciamento do licitante, junto ao provedor do sistema implicará a responsabilidade legal do licitante ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

4.5 - O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Gália, promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.6 - A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso.

4.7 - Cada representante credenciado poderá representar apenas uma licitante, em cada Pregão Eletrônico.

5 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1 - Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2 - Os licitantes encaminharão por meio do sistema a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio da proposta.



5.3 - O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.4 - A licitante enquadrada como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada, deverá declarar, em campo próprio do Sistema, que atende aos requisitos da Lei Complementar nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei.

5.4.1 - no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.4.2 - nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte.

5.5 - A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada sujeitará a licitante às sanções previstas neste edital.

5.6 - As microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas deverão encaminhar toda a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.7 - Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.8 - Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema;

5.9 - Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.10 - Os documentos que compõem a proposta do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do(a) Pregoeiro(a) e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6 - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1 - O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

a) Valor unitário e total do item, expresso em moeda corrente nacional, apurado à data de sua



apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária, sendo considerada a oferta de preço com até duas casas decimais após a vírgula, sendo desprezadas as demais, se houver, também em eventual contratação;

b) Marca e modelo do produto;

c) Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Anexo I deste edital.

6.2 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3 - Nos preços deverão estar incluídos, além do lucro, de todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, carga e descarga, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação.

6.4 - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5 - O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.6 - Não serão admitidas cotações inferiores às quantidades previstas para cada item neste edital.

6.7 - Os preços ofertados permanecerão fixos e irrevogáveis.

6.8 - Se por falha do proponente a proposta não indicar o prazo de sua validade, esta será considerada válida por 60 (sessenta) dias independentemente de qualquer outra manifestação.

6.9 - A proposta de preços escrita, preenchida conforme Modelo de Proposta - Anexo IV deste edital, além dos preços, marca/modelo (quando for o caso) e descrição detalhada, deverá ainda conter:

a) Razão social, CNPJ, inscrição estadual, endereço completo, conta bancária da licitante e referência ao número do pregão;

b) Meios de comunicação disponíveis para contato, como por exemplo, telefone e endereço eletrônico;

c) Qualificação do preposto autorizado a firmar o contrato/ata, tais como: nome completo, endereço, RG, CPF, e-mail e telefone.

6.10 - É vedada a identificação dos licitantes no sistema, antes do término da fase competitiva deste Pregão.

7 - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES



- 7.1 - A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste edital.
- 7.2 - O(a) Pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas.
- 7.3 - Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 7.4 - A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 7.5 - A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 7.6 - O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 7.7 - O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.
- 7.8 - Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.9 - O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 7.10 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos e deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço.
- 7.11 - O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.12 - Será adotado para o envio de lances no Pregão Eletrônico o modo de disputa “aberto” em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, conforme o critério de julgamento adotado no edital.



7.13 - No modo de disputa aberto, a etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.14 - A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o item 7.13, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

7.15 - Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida nos itens 7.13 e 7.14, a sessão pública será encerrada automaticamente.

7.16 - Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto no 7.14, o(a) Pregoeiro(a) poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço disposto no parágrafo único do art. 7º do Decreto 10.024/19, mediante justificativa.

7.17 - Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo(a) Pregoeiro(a), devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente ao Setor de Licitações;

7.18 - Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

7.19 - Não serão aceitos 02 (dois) ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.20 - Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.21 - Se ocorrer a desconexão do(a) Pregoeiro(a) no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

7.22 - No caso de a desconexão do(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública do Pregão será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação expressa do fato aos participantes no sítio <http://186.224.14.198:8079/comprasedital/>

7.23 - O critério de julgamento adotado será o menor preço unitário, conforme definido neste edital e seus anexos.



7.24 - Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.25 - Encerrada a etapa de lances, entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada;

7.26 - A microempresa ou empresa de pequeno porte cuja proposta for mais bem classificada, nos termos do subitem anterior, poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da fase de lances, situação em que sua proposta será declarada a melhor oferta;

7.27 - Para tanto, será convocada para exercer seu direito de preferência e apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos por item em situação de empate, sob pena de preclusão do direito de preferência;

7.28 - Se houver equivalência dos valores das propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 7.25, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá exercer a preferência e apresentar nova proposta;

7.29 - Entende-se por equivalência dos valores das propostas as que apresentarem igual valor, respeitada a ordem de classificação;

7.30 - O exercício do direito de preferência somente será aplicado quando a melhor oferta da fase de lances não tiver sido apresentada pela própria microempresa ou empresa de pequeno porte;

7.31 - Não ocorrendo a apresentação de nova proposta pela microempresa ou empresa de pequeno classificada em primeiro lugar, retornar-se-ão, em sessão pública, os procedimentos relativos à licitação, sendo assegurado o exercício do direito de preferência na hipótese de haver participação de demais microempresas e empresas de pequeno porte cujas propostas se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 7.25;

7.32 - Na hipótese da não contratação da microempresa e empresa de pequeno porte, e não configurada a hipótese prevista no subitem 7.31, será declarada a melhor oferta aquela proposta originalmente vencedora da fase de lances.

7.33 - O(a) Pregoeiro(a) irá negociar com o autor da oferta de menor valor, mediante troca de mensagens abertas no sistema, com vistas à redução do preço.

7.34 - Após a negociação, se houver, o(a) Pregoeiro(a) examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo, motivadamente, a respeito.



7.35 - A aceitabilidade será aferida a partir dos preços de mercado vigentes na data da apresentação das propostas, apurados mediante pesquisa realizada pela Secretaria solicitante.

7.36 - Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

7.37 - Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, nesta ordem:

- a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.38 - Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- a) empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- b) empresas brasileiras;
- c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.39 - Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o(a) Pregoeiro(a) deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste edital.

7.40 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.41 - Encerrada a etapa de negociação, a pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.



7.42 - Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior aos preços praticados pelo mercado conforme pesquisa de preços que antecedeu a expedição do edital (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

7.43 - Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

7.44 - Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

7.45 - O(a) Pregoeiro(a) solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, contendo a marca/modelo do produto.

7.46 - É facultado ao(à) Pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo. A falta de justificativa ou a sua não aceitação devidamente motivada por parte do(a) Pregoeiro(a), implicará na desclassificação da proposta.

7.47 - Após análise da proposta e documentação, o(a) Pregoeiro(a) anunciará o(s) licitante(s) vencedor(es).

7.48 - Se a oferta não for aceitável, ou se a licitante desatender às exigências para a habilitação, o(a) Pregoeiro(a), respeitada a ordem de classificação, examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

8 - DA HABILITAÇÃO

8.1 - A habilitação das licitantes será verificada por meio do Portal de Compras <http://186.224.14.198:8079/comprasedital/> através dos documentos de habilitação especificados neste edital.

8.2 - Os documentos de habilitação deverão ser enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do(a) Pregoeiro(a).



8.3 - Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.3.1 - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.3.2 - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.4 - O(a) Pregoeiro(a) poderá consultar os sites oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, para verificar as condições de habilitação das licitantes.

8.5 - Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.6 - Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.2.

8.7 - Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.8 - Documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, deverão, mediante solicitação do(a) Pregoeiro(a), serem enviados também em até 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, desde que solicitado antes do término do prazo.

8.9 - Os documentos remetidos por meio do sistema Eletrônico poderão ser solicitados no original ou por cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo(a) Pregoeiro(a).

8.10 - A habilitação do licitante vencedor será verificada mediante a apresentação dos seguintes documentos abaixo discriminados:

8.10.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual;

a.1) no caso de MEI, deverá ser apresentado o Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI) e cópia de documento oficial com foto do microempreendedor.



- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado e registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária;
- c) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias;
- d) Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.10.2 - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- b) Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de Negativa, relativa a Tributos Federais (inclusive às contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União;
- c) Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Estadual, da sede ou do domicílio da licitante, relativa aos tributos incidentes sobre o objeto desta licitação;
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal (tributos mobiliários) da sede da licitante;
- e) Certidão de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT ou Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito de Negativa.

8.10.2.1 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista será assegurado às microempresas, empresas de pequeno porte e equiparados o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério do Município de Gália, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

8.10.2.1.1 - A não regularização da documentação, no prazo previsto no item “8.7.2.1”, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas nos artigos 156 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/21 e multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor total



da contratação, procedendo-se a convocação dos licitantes para, em sessão pública, retornar os atos referentes ao procedimento licitatório.

8.10.3 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Certidão negativa de falência, recuperação judicial e extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias contados retroativamente da data designada para a realização deste Pregão. Em qualquer hipótese, mesmo que o licitante seja a filial, este documento deverá estar em nome da matriz.

8.10.4 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.10.4.1 - As empresas licitantes nos itens 01, 02, 05, 09, e 10 deverão comprovar:

a) qualificação técnica operacional, mediante a apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, comprovando a execução de serviços similares aos descritos no Termo de Referência, nos moldes da Súmula nº 24 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;

b) registro ou inscrição da empresa no CREA (Conselho Regional de Engenharia) ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo);

c) registro ou inscrição do responsável técnico no CREA (Conselho Regional de Engenharia) ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo) pertinente a cada item do objeto; e

d) o vínculo profissional entre a empresa licitante e o responsável técnico, que poderá se dar mediante contrato social, registro na carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho, sendo possível a contratação de profissional autônomo que preencha os requisitos e se responsabilize tecnicamente pela execução dos serviços.

8.10.4.2 - As Empresas licitantes no item 06 do certame deverão comprovar:

a) registro ou inscrição da empresa na polícia federal, bem como apresentar quando da solicitação do serviço a cópia do RG ou CNH e do certificado do curso de segurança dos integrantes da equipe.

8.10.4.3 - As Empresas licitantes nos itens 07 e 08 do certame deverão apresentar:

a) Licença Ambiental de Operação (LAO): Autorização do órgão estadual ou municipal (ex: CETESB em SP) que permite o funcionamento da empresa.



b) **Certificado de Movimentação de Resíduos de Interesse Ambiental (CADRI):** Comprova que o descarte dos efluentes será feito em local adequado e licenciado.

c) **Inscrição/Certificado IBAMA:** Registro obrigatório para atividades potencialmente poluidoras.

8.10.5 - OUTRAS COMPROVAÇÕES

a) Declaração de microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparado, visando ao exercício da preferência prevista na Lei Complementar nº 123/06, que deverá ser feita de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II deste edital.

b) Declaração unificada, que deverá ser feita de acordo com o modelo estabelecido no Anexo III deste edital.

8.11 - DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

8.11.1 - Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

8.11.2 - Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz. A Prova de regularidade para com a Fazenda Federal relativa aos Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo inclusive o INSS e a Certidão negativa de falência, recuperação judicial e extrajudicial, deverão estar em nome da matriz.

8.11.3 – As provas de regularidade poderão se dar mediante a apresentação de certidão negativa, certidão positiva com efeitos de negativa, por meio da apresentação de declaração de isenção ou de não incidência, se for o caso, ou ainda outras provas de regularidade equivalentes, na forma de Lei.

9 - DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

9.1 - Declarado o vencedor será concedido o prazo de quinze minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, em campo próprio do sistema.

9.2 - A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3 – A recorrente terá, a partir da lavratura da ata da sessão, o prazo de três dias úteis para apresentar as razões, ficando as demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem



contrarrrazões, em outros três dias úteis, que começarão a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.4 - O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.5 - Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.6 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.7 - Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

9.8 - Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto da licitação à licitante declarada vencedora e homologará o procedimento licitatório.

10 - DA DESCONEXÃO COM O SISTEMA ELETRÔNICO

10.1 - A licitante caberá acompanhar as operações no sistema eletrônico, durante a sessão pública, respondendo pelos ônus decorrentes de sua desconexão ou da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema.

10.2 - No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para recepção dos lances, retornando o(a) Pregoeiro(a), quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

10.2.1 - Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos a Sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após a comunicação expressa aos participantes.

10.3 - A desconexão do sistema eletrônico com qualquer licitante não prejudicará a conclusão válida da sessão pública ou do certame.

11 - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO FORNECIMENTO

11.1 - Homologado o procedimento, o licitante vencedor será convocado para que dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, assine a Ata de Registro de Preços, cuja minuta integra esse edital, sob pena de



decair do direito ao registro de preços, podendo, ainda, sujeitar-se à penalidade estabelecida no subitem 15.1.1 do Capítulo 15.

11.2 - O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

11.3 - Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do instrumento equivalente, o Município de Gália poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da adjudicatária, mediante correspondência postal ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

11.4 - Durante a vigência da Ata o preço registrado será fixo e irreajustável, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea “d”, do inciso I do art. 124 da Lei nº 13.144/2021 ou de redução dos preços praticados no mercado. As hipóteses para o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro da contratação exigem a superveniência de caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da(s) contratação(ões) tal como pactuado.

11.5 - A Ata obedecerá ao modelo em forma de anexo ao edital e que será ajustado na fase de sua formalização.

11.6 - A Ata de Registro de Preços deverá registrar o preço e o fornecedor do produto, com observância da ordem de classificação, as quantidades e as condições que serão observadas nas futuras contratações.

11.7 - Colhidas as assinaturas, a Contratante deverá providenciar a imediata publicação da Ata, conforme exigência legal.

11.8 - O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano contado da sua assinatura, podendo ser prorrogado por novo período de 01 (um) ano, desde que mantida vantajosidade do preço registrado.

a) em caso da prorrogação da vigência da ARP o(s) preço(s) poderá(ão) reajustado(s) pelo IPCA-IBGE desde que haja acordo entre as partes.

b) a vantajosidade do preço registrado deverá ser comprovada através de pesquisa de mercado, na forma da lei.

11.9 - A existência de preço registrado não obriga o Município de Gália em firmar a contratação que dele poderá advir, ficando-lhe facultado a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de contratação em igualdade



de condições.

11.10 - As solicitações para os fornecimentos ocorrerão de acordo com as necessidades do Município de Gália e se fará por meio da emissão de autorização de compra diretamente à empresa detentora da Ata, transmitida por quaisquer meios de comunicação possível (fax ou e-mail). A detentora da Ata deverá, através de e prévio contato, indicar todos os meios comunicação que possui visando dar maior rapidez aos atendimentos.

11.11 - A empresa Detentora da Ata se obriga em manter, durante toda a execução do ajuste, compatibilidade com as obrigações assumidas, assim como todas as condições de habilitação e qualificação, exigidas nesta licitação, apresentando documentação revalidada se, no curso das contratações, algum documento perder a validade.

11.12 - O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da Ata, devidamente comprovados e justificados por razão de interesse público; à qual incluem as situações em que a detentora da ata: descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

a) não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

b) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

c) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

d) a pedido do fornecedor, mediante apresentação de justificativa e comprovação da ocorrência de fato superveniente e/ou caso fortuito ou força maior, no qual demonstre a inviabilização do seu fornecimento.

d.1) não comprovada a ocorrência de fato superveniente e/ou caso fortuito ou força maior, no qual demonstre a inviabilização do seu fornecimento, a detentora cometerá infração administrativa, se sujeitando às sanções previstas no item 15. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES deste edital.

11.13 - A Ata de Registro de Preços, decorrente desta licitação, se extingue automaticamente, por decurso do prazo de sua vigência.

11.14 - As condições e os critérios de medição e de pagamento estão definidas no Termo de Referência, anexo deste edital.

11.15 - A adesão à Ata de Registro de Preços de não participante do certame fica condicionada à manifestação do órgão ou entidade interessada, de forma a atender o princípio definido no § 2º do artigo 86 da Lei nº 14.133/2021, incisos I, II e III, observados os limites definidos nos §§ 4º e 5º da Lei nº 14.133/2021



11.16 - Constitui condição para a celebração das contratações:

a) apresentação da “Declaração de Atualização Cadastral”, conforme item 1.d do Termo de Ciência e Notificação nos termos do Artigo 2º da Instrução Normativa 01/2020 (módulo eletrônico do Cadastro Corporativo TCESP – Cad-TCESP - <https://www.tce.sp.gov.br/cadtcesp/>).

12 - DOS PRAZOS, DAS CONDIÇÕES E DO LOCAL DE EXECUÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

12.1 - Os serviços deverão ser executados conforme Ordem de Serviço emitida pela Secretaria requisitante, em locais previamente definidos pela Administração Municipal, dentro do território do Município de Gália/SP.

12.2 - Os serviços serão utilizados em eventos culturais, artísticos, institucionais e turísticos realizados no Município de Gália/SP, promovidos ou apoiadas pela Secretaria de Cultura, Desenvolvimento Econômico e Turismo, conforme demanda da Administração.

12.3 - Os locais de execução, os quantitativos efetivos por evento e as especificações operacionais complementares serão definidos em Solicitação/Ordem de Serviço específica, a ser formalizada pela Administração com antecedência mínima de 07 (sete) dias corridos, ressalvadas hipóteses devidamente justificadas nos autos, observados os limites e condições estabelecidos na Ata de Registro de Preços.

12.4 - A autorização de fornecimento/ordem de serviço será expedida por quaisquer meios de comunicação que possibilitem a comprovação do respectivo recebimento por parte da Detentora, inclusive fax e correio eletrônico (e-mail).

12.5 - Fica designado como gestor dos contratos/atas de registro de preços oriundos deste procedimento licitatório o Secretário Municipal de Cultura, Desenvolvimento Social e Turismo.

13 - DA FORMA DE PAGAMENTO

13.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a prestação do serviço, mediante emissão de Nota Fiscal, conferida e assinada pela unidade a que se destina, encaminhado para tramitação do Processo de instrução e liquidação junto ao Departamento de Contabilidade.

13.2. A Nota Fiscal/Fatura liquidada, deverá, obrigatoriamente, conter o mesmo CNPJ/MF do vencedor da contratação e atestada pelo fiscal do contrato.

13.3. Os pagamentos serão efetuados através de ordem de pagamento bancário ou depósito em conta.



13.4. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

13.5. Não será efetuado qualquer pagamento a CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

13.6 - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, quando for o caso.

13.7 - A contratada/detentora regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

13.8 - A presente licitação NÃO permitirá a antecipação de pagamento, quer seja parcial ou total.

13.9 - Os recursos orçamentários para o atendimento das despesas com as aquisições oriundas da presente Ata de Registro de Preços serão indicados no momento de cada contratação.

14- DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1 - Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou o contratado que, com dolo ou culpa:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.



14.2 - Com fulcro na Lei nº 14.133/2021, e garantida a prévia defesa, poderá ser aplicada aos licitantes, adjudicatários, contratados e ou detentores de ARP as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar e
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3 - Na aplicação das sanções serão considerados:

- 14.3.1 - a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 14.3.2 - as peculiaridades do caso concreto;
- 14.3.3 - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 14.3.4 - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 14.3.5 - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4 - A penalidade de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 desta Lei, qual seja dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

14.5 - A Contratada estará sujeita às seguintes multas:

- a – moratória de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- b – moratória de 15% (quinze por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 45 (quarenta e cinco);
- c – a partir do 46º (quadragésimo sexto) dia estará caracterizada a inexecução total da obrigação assumida, sujeitando-se, a Detentora, à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor registrado, autorizando a Administração a promover a extinção do contrato/Ata por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

14.5.1 - O adjudicatário que convocado, recusar-se injustificadamente em assinar o Contrato, no prazo marcado, incorrerá em multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida;

14.6 - Caracterizada a inexecução e constatado o prejuízo ao interesse público, a Contratante poderá aplicar à Contratada outras sanções ou até mesmo iniciar o processo de extinção contratual.



14.7 - Os valores correspondentes à prática de infrações contratuais serão retidos e deduzidos do pagamento da Nota Fiscal/Fatura, após o que será a Contratada notificada para, querendo, apresentar defesa administrativa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

14.8 - Os valores retidos pela prática de infrações poderão, após regular processo administrativo, ser convertidos em multa pela autoridade competente.

14.9 - A devolução dos valores retidos, caso não convertidos em multas, será realizada com a incidência de correção monetária, conforme índice utilizado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, sem aplicação de juros de mora.

14.10 - Caso não seja possível a retenção e dedução do pagamento da nota fiscal/fatura, os valores relativos à multa serão pagos mediante notificação de cobrança; neste caso, a Contratante encaminhará, no primeiro dia útil após vencidos os prazos estipulados neste contrato, notificação de cobrança à Contratada, que deverá fazer o recolhimento aos cofres públicos até o 5º (quinto) dia útil a partir de seu recebimento, sob pena de cobrança judicial, observando que:

- a – as multas previstas neste contrato são cumulativas, ou seja, umas sobre as outras, sendo os limites incidentes sobre cada uma delas; e
- b – na hipótese de a Contratada não efetuar o recolhimento da notificação de cobrança, a Contratante inscreverá o valor em dívida ativa.

14.11 - A penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Gália será aplicada, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, sem prejuízo da multa de 10% (dez por cento) sob o saldo remanescente do contrato, nos seguintes casos:

- a - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b - dar causa à inexecução total do contrato;
- c - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- d - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado; e – não substituir ou refazer, no prazo estipulado, os serviços recusados pela Contratante; e/ou
- f – descumprir os prazos e condições previstas neste contrato.

14.12 - A penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública será aplicada, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos termos do artigo 156, IV, da Lei n. 14.133/2021, nos seguintes casos:

- a – apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- b – fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c – comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;



- d – praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e – praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846/2013.

14.13 - É admitida a reabilitação do contratado perante a Prefeitura Municipal de Gália, no caso de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, exigindo, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- a - reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b - pagamento da multa;
- c - transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos.

14.14 - As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa.

14.15 - Na aplicação das penalidades acima serão admitidos os recursos previstos em lei, observando-se o contraditório e a ampla defesa.

14.16 - Ocorrendo caso fortuito ou força maior, regularmente comprovado e aceito pela Contratante, a Contratada ficará isenta das penalidades.

14.17 - Além das penalidades acima citadas, a Contratada ficará sujeita ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores da Contratante.

15 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 - As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os licitantes, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

15.2 - Das sessões públicas de processamento do Pregão serão lavradas atas circunstanciadas, a serem assinadas pelo(a) Pregoeiro(a) e pela Equipe de Apoio.

15.3 - O sistema manterá sigilo quanto à identidade das licitantes para o(a) Pregoeiro(a) até a etapa de negociação com o autor da melhor oferta e para os demais até a etapa de habilitação.

15.4 - O resultado deste Pregão e os demais atos pertinentes a esta licitação, sujeitos à publicação, serão divulgados no Diário Oficial Eletrônico do Município, no sítio eletrônico <http://www.galia.sp.gov.br>.



15.5 - Até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá, por meio do sistema eletrônico, solicitar esclarecimentos, informações ou impugnar o ato convocatório do Pregão Eletrônico.

15.5.1 - A impugnação, assim como os pedidos de esclarecimentos e informações, poderá ser encaminhada para o e-mail: licitacao@galia.sp.gov.br.

15.5.2 - As impugnações e os esclarecimentos serão respondidos pelo subscritor do edital, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da data do seu recebimento, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.5.3 - Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para realização da sessão pública.

15.6 - Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pelo(a) Pregoeiro(a), e as questões relativas ao sistema, pela Administradora do Pregão Eletrônico.

15.7 - Integram o presente edital:

ANEXO I - Termo de Referência;

ANEXO II - Modelo de Declaração de microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparado;

ANEXO III - Modelo de Declaração Unificada;

ANEXO IV - Modelo da Proposta e;

ANEXO V - Minuta de Ata de Registro de Preços.

15.8 - Caso seja necessário, a Prefeitura Municipal de Gália reserva-se no direito de solicitar amostras dos produtos para realização dos ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto, cujas despesas correrão por conta da licitante vencedora. Caso a mesma não seja aprovada ou não apresente as especificações mínimas exigidas neste edital, o licitante vencedor deverá proceder a troca imediata de todo o produto, bem como estará sujeito ainda, à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do produto constante da autorização de fornecimento e demais sanções previstas no artigo 156 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/21, além de arcar com os prejuízos que possam resultar e ter os pagamentos suspensos.

15.9 - Pequenos erros ou o desatendimento a meras formalidades que não tragam prejuízo algum para o processo, não ensejarão desclassificação ou inabilitação de licitantes.

15.10 - Os esclarecimentos relativos a esta licitação serão prestados no Setor de Licitações, nos dias de expediente, das 8 às 11 e das 13 às 17 horas, através do telefone (14) 3274-9047 ou ainda através do e-mail licitacao@galia.sp.gov.br.



15.10.1 - As dúvidas a serem dirimidas por telefone serão somente aquelas de ordem estritamente informal.

15.11 - As empresas deverão observar rigorosamente o prazo de expediente da Prefeitura de Gália, ou seja, das 8 às 11 h e das 13 às 17 h, para esclarecimentos, solicitação de chave de acesso e demais informações sobre o certame.

15.12 - Serão desconsideradas as solicitações de chave de acesso enviadas após às 16 horas do dia 11/03/2026.

15.13 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Gália, Estado de São Paulo.

Gália, 24 de fevereiro de 2026.

JOSÉ SILVINO ZANIBONI JÚNIOR
Prefeito Municipal



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA – REGISTRO DE PREÇOS

Contratação de Serviços de Infraestrutura para Eventos

Fundamentação Legal: Lei nº 14.133/2021 | Decreto Federal nº 10.947/2022 | Jurisprudência do TCU

1. DO OBJETO

O presente Termo de Referência tem por objeto o **Registro de Preços** para futura e eventual contratação de empresas especializadas na **locação, montagem, operação e desmontagem de infraestrutura técnica para eventos**, compreendendo:

- Sistemas de sonorização profissional;
- Sistemas de iluminação cênica;
- Painéis de LED;
- Palcos e estruturas metálicas;
- Gradis de contenção;
- Geradores de energia;
- Camarins modulares;
- Banheiros químicos;
- Equipe de apoio e segurança para eventos.

Tabela 01- Planilha de Itens e Quantitativos Estimados.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD EST.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	<ul style="list-style-type: none">• LOCAÇÃO DE PAINEL DE LED E DE SISTEMAS DE SONORIZAÇÃO E DE ILUMINAÇÃO CÊNICA –TIPO 01• LOCAÇÃO DE SISTEMA DE SONORIZAÇÃO TIPO 1:• CONTENDO 16 CAIXAS DE SOM PARA GRAVE CONTENDO 2 ALTO-FALANTES DE 18" DE 1600 WATTS RMS CADA COM SEUS DEVIDOS AMPLIFICADORES;• 24 CAIXAS DE SOM TIPO LINE ARRAY CONTENDO ALTO-FALANTES DE 12" OU 10" DE	12	R\$ 45.182,83	R\$ 542.193,96



	<p>450 WATTS RMS CADA E 2 DRIVE DE 125 WATTS RMS COM SEUS DEVIDOS AMPLIFICADORES;</p> <ul style="list-style-type: none">• 12 MONITORES COM 02 ALTO-FALANTES DE 12" OU 10" COM 400 WATTS RMS E DRIVE DE 100 WATTS RMS COM SEUS DEVIDOS AMPLIFICADORES;• 01 SYDE CONTENDO 04 CAIXAS MÉDIO GRAVE LINE ARRAY COM ALTO-FALANTES DE 12" OU 10" DE 400 WATTS RMS E 2 DRIVE DE 150 WATTS RMS E POR LADO 02 CAIXAS DE SUB GRAVE COM 02 ALTO - FALANTES DE 18" DE 1600 WATTS RMS POR LADO COM SEUS DEVIDOS AMPLIFICADORES,• 01 SUB GRAVE ATIVO COM 02 ALTO FALANTES DE 18 POLEGADAS COM POTÊNCIA TOTAL DE 3500 WATTS RMS PARA USO DO BATERISTA;• 02 AMPLIFICADORES DE GUITARRA DE 100 WATTS VALVULADO COM 02 ALTO-FALANTES DE 12";• 02 AMPLIFICADORES DE GUITARRA DE 900 WATTS VALVURADO COM 02 CAIXAS CONTENDO 4 ALTOFALANTES DE 10 POLEGADAS CADA CAIXA;• 02 AMPLIFICADORES DE CONTRABAIXO COM CABEÇOTE DE 1600 WATTS RMS E CAIXA COM 8 ALTO-FALANTES DE 10" (01 EM STAND BY);• 01 BATERIA COMPLETA COM PELES HIDRÁULICA E NOVAS;• 02 APARELHOS DE REPRODUÇÃO DE ÁUDIO;• 02 MESA DE SOM 56 CANAIS E 32 AUXILIARES;• 01 MULTI-CABO COM 56 VIAS SPRITADO COM 100 METROS;• 08 SUB-SNAKE COM 20 VIAS E 15 METROS;• 01 KIT MICROFONE PARA BATERIA COMPLETO COM 08 PEÇAS;• 08 MICROFONES SEM FIO DE LONGO ALCANCE;• 28 MICROFONES COM FIO MODELOS DIVERSOS CONFORME NECESSIDADE DO EVENTO;• 30 DIRECT BOX PASSIVO,• 24 PRATICÁVEIS CONFECCIONADO EM ALUMÍNIO MEDINDO 2.00X 1.00 MTS E ALTURA DE 0,60 A 1,00 METROS. COM RODAS NA PARTE INFERIOR REVESTIDO COM CARPETE NA COR PRETA; 30 PEDESTAIS; 50 METROS DE PASSA CABO COM 5 VIAS TODO SISTEMA DE CABEAMENTO NECESSÁRIO PARA REALIZAÇÃO DO EVENTO, <p>• LOCAÇÃO DE ILUMINAÇÃO CÊNICA TIPO 1:</p>			
--	---	--	--	--



	<ul style="list-style-type: none">• CONTENDO 48 CANHÕES PAR LED RGBWA-UV COM 18 LEDS (MINIMO) TODOS MESMA MARCA E MODELO OUTDOOR ,• 12 MINI BRUTT COM 04 LÂMPADAS DE LED,• 12 STROBO DE LED TODOS MESMA MARCA E MODELO ,• 42 MUVEM WASH COM 19 LEDS DE 15 WATTS CADA E 24 CANAIS NO MÍNIMO 48 MUVEM BEAM 5R ,7R,10R OU 15R COM 18 CANAIS MÍNIMO TODOS MESMA MARCA E MODELO• 12 REFLETORES DE 400 WATTS EM LED OUTDOOR TIPO COBY COM BANDOR• 02 CANHÕES SEGUIDORES 17 R 28 RIBALTAS DE LED CONTENDO 44 LEDS DE 12WATTS CADA OUTDOOR,• 02 MAQUINAS DE FUMAÇA DE 3000 WATTS CADA ABASTECIDAS COM FLUIDO NEUTRO,• 02 VENTILADORES TIPO MINI FAN,• 12 ELIPSO DE LED DE 200 WATTS CADA,• SISTEMA DE MAIM POWER DIGITAL COM 04 DIMMER COM 12 CANAIS DE 4000 WATTS CADA,• 04 MÓDULOS DISJUNTOR COM 12 CANAIS DE 4000 WATTS E 02 SPRITER COM 6 SAÍDAS,• 01 MESA DE ILUMINAÇÃO COM 7 UNIVERSOS E 02 TELAS COM CAPACIDADE DE ALOCAR ATÉ 200 APARELHOS,• SISTEMA COMPLETO DE CABEAMENTO DMX E AC PARA LIGAÇÃO DO SISTEMA, ESTRUTURA DE GRID EM TRELIÇA P30, P50 OU P38 LINHA PESADA COMPLETO COM SLEEVE, PAU DE CARGA, BASES DE APOIO EM ALUMÍNIO AERONÁUTICO NAS DIMENSÕES DO PALCO APROXIMADAMENTE 12X08X06 FRENTE X LATERAL X ALTURA NO MÍNIMO.• TODA ESTRUTURA E EQUIPAMENTOS DEVERÁ ESTAR ATERRADO CONFORME AS NORMAS, INCLUINDO TÉCNICO PARA OPERAÇÃO DO SISTEMA E EQUIPE PARA MONTAGEM, DESMONTAGEM E INSTALAÇÃO DO SISTEMA• LOCAÇÃO DE PAINEL DE LED TIPO-1:• UM PAINEL DE LED DE ALTA RESOLUÇÃO (P4) OUTDOOR MEDINDO 08 X 03 METROS.• ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:<ul style="list-style-type: none">• VOLTAGEM: AC 200-240V 50/60HZ (±15%)• OUTPUT: 3X POWER DC 5V• GABINETE: ALUMÍNIO INJETADO			
--	---	--	--	--



	<ul style="list-style-type: none">DENSIDADE:62.500 PIXEL/M2TIPO DO LED: SMD2727BRILHO: 6.000NITSREFRESH FREQUENCY: ≥3840 HZPIXEL: 250X25001 PROCESSADORAS DE IMAGENS DIGITAL COM SENDING CARD DE QUATTO PORTAS DE SAÍDAESPECIFICAÇÕES TÉCNICASRESOLUÇÃO MÁXIMA DE SAÍDA: 11520×640 HZ 6912×1152 HZ 60 60ENTRADAS DE VÍDEO: 2 AV, 2 VGA, 2DVI, 2 HDMISAÍDAS DE VÍDEO: 2 DVI, 2 HDMIRESOLUÇÃO MÁXIMA DE ENTRADA SUPORTADA: 1920 × 1200 @ 60HZLARGURA MÁXIMA DE SAÍDA: 3840 PIXELSALTURA MÁXIMA DE SAÍDA: 1920 PIXELS01 NOTEBOOK COM PROCESSADOR I7 OU SUPERIOR			
<u>02</u>	<p>LOCAÇÃO DE PAINEL DE LED E DE SISTEMAS DE SONORIZAÇÃO E DE ILUMINAÇÃO CÊNICA –TIPO 02</p> <p>LOCAÇÃO DE SISTEMA DE SONORIZAÇÃO - TIPO 2:</p> <ul style="list-style-type: none">CONTENDO 12 CAIXAS DE SOM PARA GRAVE CONTENDO 2 ALTO-FALANTES DE 18" DE 1600 WATTS RMS CADA COM SEUS DEVIDOS AMPLIFICADORES;12 CAIXAS DE SOM TIPO LINE ARRAY CONTENDO ALTO-FALANTES DE 12" OU 10" DE 450 WATTS RMS CADA E 2 DRIVE DE 125WATTS RMS COM SEUS DEVIDOS AMPLIFICADORES;06 MONITORES COM 02 ALTO-FALANTES DE 12" OU 10" COM 400 WATTS RMS E DRIVE DE 100 WATTS RMS COM SEUS DEVIDOS AMPLIFICADORES;01 SYDE CONTENDO 02 CAIXAS MÉDIO GRAVE LINE ARRAY COM AUTO - FALANTES DE 12" OU 10" DE 400 WATTS RMS E 2 DRIVE DE 125 WATTS RMS E POR LADO 02 CAIXA DE SUB GRAVE COM 02 AUTO - FALANTES DE 18" DE 1600 WATTS RMS POR LADO COM SEUS DEVIDOS AMPLIFICADORES;02 AMPLIFICADORES DE GUITARRA DE 100 WATTS VALVULADO COM 02 AUTO - FALANTES DE 12"; CAIXA 01 AMPLIFICADOR DE CONTRA BAIXO COM CABEÇOTE DE 1600 WATTS RMS E CAIXA COM 8 AUTO - FALANTES DE 10";01 BATERIA COMPLETA COM PELES HIDRÁULICA E NOVAS; 02 APARELHOS DE	06	R\$ 19.484,33	R\$ 116.905,98



	<p>REPRODUÇÃO DE ÁUDIO; 02 MESA DE SOM 48 CANAIS E 24 AUXILIARES;</p> <ul style="list-style-type: none">• 01 MULTI-CABO COM 56 VIAS SPRITADO COM 100 METROS; 03 SUB-SNAKE COM 20 VIAS E 15 METROS;• 01 KIT MICROFONE PARA BATERIA COMPLETO COM 08 PEÇAS;• 03 MICROFONES SEM FIO DE LONGO ALCANCE;• 12 MICROFONES COM FIO MODELOS DIVERSOS CONFORME NECESSIDADE DO EVENTO; 15 DIRECT BOX PASSIVO ,08 PRATICÁVEIS CONFECCIONADO EM ALUMÍNIO MEDINDO 2,00X 1,00 MTS E ALTURA DE 0,60 A 1,00 MTS. COM RODAS NA PARTE INFERIOR REVESTIDO COM CARPETE NA COR PRETA;• 15 PEDESTAIS; 30 METROS DE PASSA CABO COM 5 VIAS TODO SISTEMA DE CABEAMENTO NECESSÁRIO PARA REALIZAÇÃO DO EVENTO <p>LOCAÇÃO DE ILUMINAÇÃO CÊNICA TIPO 2:</p> <ul style="list-style-type: none">• CONTENDO 36 CANHÕES PAR LED RGBWA-UV COM 18 LEDS (MINIMO) TODOS MESMA MARCA E MODELO,• 08 MINI BRUTT COM 04 LÂMPADAS DE LED ,• 06 STROBO DE LED TODOS MESMA MARCA E MODELO,• 24 MUVEM WASH COM 19 LEDS DE 15 WATTS CADA E 24 CANAIS NO MÍNIMO 24 MUVEM BEAM 5R ,7R,10R OU 15R COM 18 CANAIS MÍNIMO TODOS DA MESMA MARCA E MODELO.• 06 REFLETORES DE 400 WATTS EM LED OUTDOOR TIPO COBY COM BANDOR,• 08 RIBALTAS DE LED CONTENDO 44 LEDS DE 12WATTS CADA OUTDOOR,• 02 MAQUINAS DE FUMAÇA DE 3000 WATTS CADA ABASTECIDAS COM FLUIDO NEUTRO, DOIS VENTILADORES TIPO MINI FAN,• 02 CANHÕES SEGUIDORES 15R OU 17 R SISTEMA DE MAIM POWER DIGITAL COM 01 DIMMER COM 12 CANAIS DE 4000 WATTS CADA,• 04 MÓDULOS DISJUNTOR COM 12 CANAIS DE 4000 WATTS E 02 SPRITER COM 6 SAIDAS,• 01 MESA DE ILUMINAÇÃO CAPACIDADE DE ALOCAR ATÉ 120 APARELHOS, SISTEMA COMPLETO DE CABEAMENTO DMX E AC PARA LIGAÇÃO DO SISTEMA,• ESTRUTURA DE GRID EM TRELIÇA P30, P50 OU P38 LINHA PESADA COMPLETO COM SLEEVE, PAU DE CARGA,			
--	---	--	--	--



	<p>BASES DE APOIO EM ALUMÍNIO AERONÁUTICO NAS DIMENSÕES DO PALCO APROXIMADAMENTE TODA ESTRUTURA E EQUIPAMENTOS DEVERÁ ESTAR ATERRADO CONFORME AS NORMAS, INCLUINDO TÉCNICO PARA OPERAÇÃO DO SISTEMA E EQUIPE PARA MONTAGEM, DESMONTAGEM E INSTALAÇÃO DO SISTEMA.</p> <p>LOCAÇÃO DE PAINEL DE LED -TIPO 2:</p> <ul style="list-style-type: none">• CONTENDO PAINEL DE LED DE ALTA DEFINIÇÃO MEDINDO MINIMAMENTE 5.00 X 3.00 METROS COM ESPAÇAMENTO MÁXIMO DE PIXELS DE 04 MM REAL, CAPAZ DE SER UTILIZADO EM ÁREA EXTERNA (OUTDOOR) E INTERNA,• PROCESSADORA DE IMAGEM COM ENTRADAS HDMI, DVI, VGA, DP, BNC, SDI, PODENDO RECEBER E TRANSMITIR ATÉ 4 IMAGENS SIMULTÂNEAS, COM ESTRUTURA EM TRELIÇA EM ALUMÍNIO P30 OU P50 NO TAMANHO DO PAINEL COM ALTURA ATÉ 5 METROS INCLUINDO TODO SISTEMA DE CABEAMENTO PARA LIGAÇÃO DO SISTEMA,• ATÉ 30 METROS DE PASSA CABO PARA O DEVIDO ISOLAMENTO DOS CABOS QUANDO NECESSÁRIO, ATERRAMENTO, MONTAGEM, DESMONTAGEM, INSTALAÇÃO E OPERADOR			
03	<p>LOCAÇÃO DE GRADIL, MEDINDO 02 (DOIS) METROS DE COMPRIMENTO POR 1,30 METROS DE ALTURA, PARA INSTALAÇÃO E PROTEÇÃO EM TORNO DO PALCO, A SER MONTADO NO CENTRO DE CONVENÇÕES E EVENTOS, LOCALIZADO À AVENIDA JOÃO FERREIRA, COMPREENDENDO AS RUAS JOAQUIM RODRIGUES FILHO E AVENIDA SÃO JOSÉ.</p>	1600	R\$ 18,47	R\$ 29.552,00
04	<p>LOCAÇÃO DE 01 (UM) GERADOR A DIESEL, COM NO MÍNIMO 260 KVA DE POTÊNCIA, CARENADO E SILENCIADO, COM CABEAMENTOS, TRANSPORTE E COM DIESEL INCLUSO, SENDO UM PARA UTILIZAÇÃO ININTERRUPTA, A SEREM INSTALADOS NA PRAÇA CENTRAL AO LADO DO CENTRO DE CONVENÇÕES E EVENTOS, LOCALIZADO À AVENIDA JOÃO FERREIRA, COMPREENDENDO AS RUAS JOAQUIM RODRIGUES FILHO E AVENIDA SÃO JOSÉ POR ATÉ 12 (DOZE) HORAS ININTERRUPTAS DE USO.</p>	20	R\$ 3.803,33	R\$ 76.066,60
05	<p>LOCAÇÃO DE CAMARINS EM OCTANORME, MEDINDO 4X4 METROS, COM 02 (DOIS) METROS DE ALTURA, COM AR-CONDICIONADO INCLUSO, A SEREM INSTALADOS NO CLUBE RECREATIVO,</p>	25	R\$ 3.707,83	R\$ 92.695,75



	SITUADO À AVENIDA JOÃO FERREIRA, Nº 416, CENTRO OU EM LOCAL PRÉ-DETERMINADO POR ESTA PREFEITURA.			
06	EQUIPE DE APOIO DE SEGURANÇAS COMPOSTA POR HOMENS E MULHERES CONFORME SOLICITADOS PELA CONTRATANTE. A EMPRESA VENCEDORA DEVERÁ APRESENTAR O COMPROVANTE DE REGISTRO NA POLÍCIA FEDERAL, BEM COMO CÓPIA DO RG E DO CERTIFICADO DO CURSO DE SEGURANÇA DOS INTEGRANTES DA EQUIPE.	400	R\$ 234,75	R\$ 93.900,00
07	LOCAÇÃO DE BANHEIROS QUÍMICOS, SENDO COMPOSTOS POR CABINES MASCULINAS E FEMININAS FEMININOS. A SEREM INSTALADOS NA PRAÇA CENTRAL AO LADO DO CENTRO DE CONVENÇÕES E EVENTOS, LOCALIZADO À AVENIDA JOÃO FERREIRA, COMPREENDENDO AS RUAS JOAQUIM RODRIGUES FILHO E AVENIDA SÃO JOSÉ, OU EM LOCAL PRÉ-DETERMINADO POR ESTA PREFEITURA.	350	R\$ 567,17	R\$ 198.509,50
08	LOCAÇÃO DE BANHEIROS QUÍMICOS PCD, PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA OU MOBILIDADE REDUZIDA, SENDO COMPOSTOS POR CABINES MASCULINAS E FEMININAS. A SEREM INSTALADOS NA PRAÇA CENTRAL AO LADO DO CENTRO DE CONVENÇÕES E EVENTOS, QUANDO EVENTOS FOREM LOCALIZADOS À AVENIDA JOÃO FERREIRA, COMPREENDENDO AS RUAS JOAQUIM RODRIGUES FILHO E AVENIDA SÃO JOSÉ OU EM LUGAR PRÉ-DETERMINADO POR ESTA SOLICITANTE.	35	R\$ 484,82	R\$ 16.968,70
09	LOCAÇÃO DE PALCO TIPO-1 COMPOSTO EM ESTRUTURA METÁLICA MEDINDO 14 METROS DE FRENTE POR 10 METROS DE FUNDO, 8 METROS DE ALTURA DO CHÃO ATÉ A COBERTURA, COM NO MÍNIMO DE 1,5 METROS DE ALTURA DO CHÃO AO PISO, COBERTO COM LONAS ANTI CHAMAS E PROTEÇÃO DE GUARDA CORPO TIPO GRADIL NAS LATERAIS E FUNDO COM VÃO NÃO SUPERIOR A 0,15 CM E ALTURA DE 1,15 METROS MÍNIMO SOMBRITES NAS LATERAIS E FUNDOS, COM ESCADAS NAS NORMAS. TODA EQUIPE DE MONTAGEM, DESMONTAGEM, ALIMENTAÇÃO, HOSPEDAGEM E FRETE DEVERÃO ESTAR INCLUSOS NA COTAÇÃO, BEM COMO 02 ÁREAS DE SERVIÇO NO MESMO NÍVEL DO PISO DO PALCO 02 TORRES FLY PARA SUSTENTAÇÃO DO SOM, HOUSE MIX. A SEREM INSTALADOS NA PRAÇA CENTRAL AO LADO DO CENTRO DE CONVENÇÕES E EVENTOS, QUANDO EVENTOS FOREM LOCALIZADOS À AVENIDA JOÃO FERREIRA, COMPREENDENDO AS RUAS JOAQUIM RODRIGUES FILHO E AVENIDA SÃO	12	R\$ 15.191,67	R\$ 182.300,04



	JOSÉ OU EM LUGAR PRÉ-DETERMINADO POR ESTA SOLICITANTE.			
10	LOCAÇÃO DE PALCO TIPO-2 COMPOSTO EM ESTRUTURA METÁLICA MEDINDO 12 METROS DE FRENTE POR 08 METROS DE FUNDO, 8 METROS DE ALTURA DO CHÃO ATÉ A COBERTURA, 1,5 METROS DE ALTURA DO CHÃO AO PISO, COBERTO COM LONAS ANTI CHAMAS E PROTEÇÃO DE GUARDA CORPO TIPO GRADIL NAS LATERAIS E FUNDO COM VÃO NÃO SUPERIOR A 0,15 CM E ALTURA DE 1,15 METROS MÍNIMO, SOMBRITES NAS LATERAIS E FUNDOS, COM ESCADAS NAS NORMAS. TODA EQUIPE DE MONTAGEM, DESMONTAGEM, ALIMENTAÇÃO, HOSPEDAGEM E FRETE DEVERÃO ESTAR INCLUSOS NA COTAÇÃO., BEM COMO 02 ÁREAS DE SERVIÇO NO MESMO NÍVEL DO PISO DO PALCO E 02 TORRES FLY PARA SUSTENTAÇÃO DO SOM, HOUSE MIX, A SEREM INSTALADOS NA PRAÇA CENTRAL AO LADO DO CENTRO DE CONVENÇÕES E EVENTOS, QUANDO EVENTOS FOREM LOCALIZADOS À AVENIDA JOÃO FERREIRA, COMPREENDENDO AS RUAS JOAQUIM RODRIGUES FILHO E AVENIDA SÃO JOSÉ OU EM LUGAR PRÉ-DETERMINADO POR ESTA SOLICITANTE.	06	R\$15.095,37	R\$90.572,22

Os serviços serão utilizados em eventos culturais, artísticos, institucionais e turísticos realizados no Município de Gália/SP, promovidos ou apoiadas pela Secretaria de Cultura, Desenvolvimento Econômico e Turismo, conforme demanda da Administração. Os **locais de execução, os quantitativos efetivos por evento e as especificações operacionais complementares** serão definidos em **Solicitação/Ordem de Serviço específica**, a ser formalizada pela Administração com **antecedência mínima de 07 (sete) dias corridos**, ressalvadas hipóteses devidamente justificadas nos autos, observados os limites e condições estabelecidos na Ata de Registro de Preços.

O quantitativo estimado dos itens constantes no presente Termo de Referência foi definido com base no planejamento anual das ações e eventos promovidos e/ou apoiados pela Secretaria Municipal de Cultura, Desenvolvimento Econômico e Turismo, considerando, de forma específica, o calendário oficial de eventos que integra o presente Termo de Referência.

A estimativa levou em conta a previsão de datas, porte dos eventos, público estimado e estrutura necessária para sua adequada execução, buscando assegurar o atendimento da demanda administrativa



durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços, observados os princípios da eficiência, economicidade e planejamento.

1.1. As Empresas licitantes dos itens 01, 02, 05, 09, e 10 do certame deverão comprovar:

a) registro ou inscrição da empresa no CREA (Conselho Regional de Engenharia) ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo);

b) qualificação técnica operacional, mediante a apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, comprovando a execução de serviços similares aos descritos no Termo de Referência, nos moldes da Súmula nº 24 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;

c) registro ou inscrição do responsável técnico no CREA (Conselho Regional de Engenharia) ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo); e

d) vínculo profissional entre a empresa licitante e o responsável técnico, que poderá se dar mediante contrato social, registro na carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho, sendo possível a contratação de profissional autônomo que preencha os requisitos e se responsabilize tecnicamente pela execução dos serviços.

1.2. As Empresas licitantes do item 06 do certame deverão comprovar:

a) registro ou inscrição da empresa na polícia federal, bem como cópia do R.G ou CNH e do certificado do curso de segurança dos integrantes da equipe.

1.3. As Empresas licitantes dos itens 07 e 08 do certame deverão estar cientes que:

A empresa será responsável pela instalação, manutenção diária, limpeza e sucção dos sanitários;

Deverá apresentar plano de manutenção/higienização;

Será responsável por eventuais danos ambientais;

Deverá atender às normas da Vigilância Sanitária e CETESB.

Ainda deverão apresentar:

- **Licença Ambiental de Operação (LAO):** Autorização do órgão estadual ou municipal (ex: CETESB em SP) que permite o funcionamento da empresa.



- **Certificado de Movimentação de Resíduos de Interesse Ambiental (CADRI):** Comprova que o descarte dos efluentes será feito em local adequado e licenciado.
- **Inscrição/Certificado IBAMA:** Registro obrigatório para atividades potencialmente poluidoras.

2. DA MODALIDADE E DO SISTEMA DE CONTRATAÇÃO

A contratação será realizada por meio de **Pregão Eletrônico**, com critério de julgamento **menor preço**, adotando-se o **Sistema de Registro de Preços**, nos termos dos arts. 6º, inciso XLV, 28, inciso I, e 82 da Lei nº 14.133/2021.

3. DA JUSTIFICATIVA

A adoção do Sistema de Registro de Preços justifica-se pela natureza recorrente e variável da demanda, pela impossibilidade de definição prévia exata dos quantitativos e pela necessidade de garantir agilidade, economicidade e padronização técnica na realização dos eventos oficiais do Município.

A solução está alinhada ao Calendário Anual de Eventos, ao Plano de Contratações Anual (PCA) e às políticas públicas de cultura, turismo e desenvolvimento econômico.

4. DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços deverão contemplar, no mínimo:

- Fornecimento de equipamentos em perfeito estado de uso;
- Transporte, montagem, operação técnica e desmontagem;
- Disponibilização de técnicos especializados durante os eventos;
- Atendimento às normas de segurança, inclusive aterramento elétrico;
- Cumprimento das especificações técnicas estabelecidas no edital e na Ata.

As especificações detalhadas por item constam no item 1 – Planilha de Itens e Quantitativos Estimados.

5. DOS QUANTITATIVOS



Os quantitativos indicados possuem caráter **meramente estimativo**, não gerando obrigação de contratação mínima por parte da Administração, conforme entendimento consolidado do Tribunal de Contas da União.

6. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA

A Ata de Registro de Preços terá vigência de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada na forma da legislação vigente.

7. DO PRAZO E LOCAL DE EXECUÇÃO

Os serviços serão executados conforme Ordem de Serviço emitida pela Secretaria requisitante, em locais previamente definidos pela Administração Municipal, dentro do território do Município de Gália/SP.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da Contratada, dentre outras:

- 8.1. Prestar o serviço conforme especificações, prazo e local constante do Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal;
- 8.2. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas ou durante o prazo da execução do serviço, os serviços com defeitos;
- 8.3. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 8.4. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de dispensa de licitação;
- 8.5. Manter o mais rigoroso sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos e especificações do CONTRATANTE que venha a ter acesso em razão da execução do serviço, não podendo, sob qualquer pretexto, revelá-los, divulgá-los, reproduzi-los ou deles dar conhecimento a quaisquer terceiros.



- 8.6. Manter, durante a vigência da Ata, todas as condições de habilitação.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Compete à Contratante:

- 9.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas na solicitação da compra;
- 9.2. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do serviço, para que seja reparado ou corrigido;
- 9.3. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente a execução do serviço, no prazo e forma estabelecida no termo de referência;

10. DA FISCALIZAÇÃO

A execução será acompanhada e fiscalizada por servidor designado, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO PRESTADOR DOS SERVIÇOS

11.1. O prestador dos serviços será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade Pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento de menor preço.

11.2. Para fins de habilitação, deverá a licitante comprovar os seguintes requisitos:

I - Habilitação jurídica

- a) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual;
 - a.1) No caso de MEI, deverá ser apresentado o Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI) e cópia de documento oficial com foto do microempreendedor.
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado e registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária;
- c) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias;



- d) Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

II - Regularidade Fiscal e Trabalhista

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- b) Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de Negativa, relativa a Tributos Federais (inclusive às contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União;
- c) Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Estadual, da sede ou do domicílio da licitante, relativa aos tributos incidentes sobre o objeto desta licitação;
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal (tributos mobiliários) da sede da licitante;
- e) Certidão de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT ou Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito de Negativa.

III - Qualificação Econômico-Financeira

- a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor – (Lei nº 14.133/2021, art. 69, caput, inciso II).

IV - Qualificação técnica

As empresas licitantes nos itens 01, 02, 05, 09, e 10 deverão comprovar:

- a) qualificação técnica operacional, mediante a apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, comprovando a execução de serviços similares aos descritos no Termo de Referência, nos moldes da Súmula nº 24 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;
- b) registro ou inscrição da empresa no CREA (Conselho Regional de Engenharia) ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo);
- c) registro ou inscrição do responsável técnico no CREA (Conselho Regional de Engenharia) ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo) pertinente a cada item do objeto; e



d) o vínculo profissional entre a empresa licitante e o responsável técnico, que poderá se dar mediante contrato social, registro na carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho, sendo possível a contratação de profissional autônomo que preencha os requisitos e se responsabilize tecnicamente pela execução dos serviços.

12. FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO

12.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a prestação do serviço, mediante emissão de Nota Fiscal, conferida e assinada pela unidade a que se destina, encaminhado para tramitação do Processo de instrução e liquidação junto ao Departamento de Contabilidade.

12.2. A Nota Fiscal/Fatura liquidada, deverá, obrigatoriamente, conter o mesmo CNPJ/MF do vencedor da contratação e atestada pelo fiscal do contrato.

12.3. Os pagamentos serão efetuados através de ordem de pagamento bancário ou depósito em conta.

12.4. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

12.5. Não será efetuado qualquer pagamento a CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

13. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

- **Dotação:** 13.392.0010.2040.0000
- **Elemento de Despesa:** 3.3.90.39.00 DESENVOLVIMENTO DA CULTURA - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA
- **Código da Ficha** – 306.

14. GESTOR E FISCAL DO CONTRATO

Gestor: Lucas Azevedo

Fiscal: Daniel Puerta Torres

15. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E ACEITAÇÃO



Os serviços serão considerados aceitos após verificação da conformidade com as especificações técnicas e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O inadimplemento sujeitará a Contratada às sanções previstas nos arts. 156 a 159 da Lei nº 14.133/2021.

17. DOS RISCOS E MEDIDAS MITIGADORAS

Riscos identificados:

- Atrasos na montagem;
- Falhas técnicas;
- Equipamentos fora de especificação.

Medidas mitigadoras:

- Exigência de qualificação técnica;
- Fiscalização permanente;
- Penalidades contratuais.

18. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Este Termo de Referência integra o processo administrativo de contratação e servirá de base para o edital do Pregão Eletrônico e para a Ata de Registro de Preços.

Gália/SP, 13 de fevereiro de 2026.

Lucas Azevedo

Secretário Municipal de Cultura, Desenvolvimento Econômico e Turismo



Calendário de Eventos 2026

ADMINISTRAÇÃO CENTENÁRIA • 2025-2028

FEVEREIRO	<ul style="list-style-type: none">• Carnanejo 2026• Carnakids
MARÇO	<ul style="list-style-type: none">• Encontro de Violeiros• Quermesse de São José
ABRIL	<ul style="list-style-type: none">• Desfile Cívico• Encontro de Antigomobilismo• Show em Comemoração Aniversário de Gália• Orquestra Sinfônica• Brinca Gália – Brinquedos Infláveis• Torneio de Pesca• Torneio de Truco
MAIO	<ul style="list-style-type: none">• Encontro de Carros Rebaixados
JUNHO	<ul style="list-style-type: none">• Festa Junina
JULHO	<ul style="list-style-type: none">• Programação de Férias
AGOSTO	<ul style="list-style-type: none">• Moto:ross• Feira do Folclore
SETEMBRO	<ul style="list-style-type: none">• Festival da Independência• Gália Rodeio Festival
OUTUBRO	<ul style="list-style-type: none">• Brinca Gália – Brinquedos Infláveis• Pedal Rock• Performance de Dança Contemporânea
NOVEMBRO	<ul style="list-style-type: none">• Abertura da Vila de Natal• Programação Natalina• Concurso "Natal na Minha Rua"• Feira do Livro• Marcha para Jesus• Show na Rua
DEZEMBRO	<ul style="list-style-type: none">• Natal para Todos – Distribuição de Brinquedos e Doces



EVENTO MENSAL: Feira de Artesanato e Gastronomia "Gália Feita à Mão"



PREFEITURA MUNICIPAL DE
GÁLIA
ADMINISTRAÇÃO CENTENÁRIO
2025 - 2028





ANEXO II
MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESA DE
PEQUENO PORTE OU EQUIPARADO

PROCESSO Nº 015/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2026

DECLARO, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, que a empresa _____ (denominação da pessoa jurídica), CNPJ nº _____ é microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate e comprovar a regularidade fiscal, nos termos previstos nos artigos 42 e 45 da referida lei complementar no procedimento licitatório do Pregão Eletrônico nº 007/2026, realizado pelo Município de Gália, Estado de São Paulo.

Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Por ser verdade, firmo a presente para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Local e data.

Nome e assinatura do representante legal
RG nº



ANEXO III
MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA
(papel timbrado da licitante)

Ao(a) Pregoeiro(a) e Equipe de Apoio
Prefeitura Municipal de Gália, Estado de São Paulo.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2026

Pelo presente instrumento, a empresa, CNPJ nº, com sede na, através de seu representante legal infra-assinado, DECLARA que:

- para os fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos de idade, em cumprimento ao que determina o inciso VI do art. 68 da Lei n.º 14.133, de 01 de abril de 2021.
- até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para habilitação no presente processo licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- não foi declarada inidônea por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.
- atende aos requisitos de habilitação, e que o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.
- cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de entrega da proposta.



- compromete-se a manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a), portador(a) do RG nº e do CPF nº, cuja função/cargo é (sócio/administrador/procurador/diretor/etc), nascido(a) em:/...../....., endereço completo:, telefone: (.....)....., e-mail pessoal: será o(a) responsável pela assinatura da Ata de Registro de Preços/Contrato.
- a conta corrente p/ depósito é: Banco: Agência:
- em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, encaminhar contrato assinado concordo que a Ata de Registro de Preços/Contrato seja encaminhado para o seguinte endereço: Rua..... nº Bairro: CEP: Cidade: Estado: e-mail: telefone: (.....).....
- caso altere o citado e-mail, telefone ou endereço comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Setor de Licitações deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.
- nomea e constitui o(a) Senhor(a)....., portador(a) do CPF/MF sob n.º....., para ser o(a) responsável para acompanhar a execução da Ata de Registro de Preços/contrato, referente ao Pregão Eletrônico nº 007/2026 e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e na Ata de Registro de Preços/Contrato.
- sob as sanções administrativas cabíveis, inclusive as criminais e sob as penas da lei, que toda documentação anexada ao sistema são autênticas.

Local e Data
Assinatura do Responsável pela Empresa



ANEXO IV

MODELO DA PROPOSTA COMERCIAL

PROCESSO Nº 015/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2026

Denominação da Proponente:

CNPJ nº

Inscrição Estadual nº

Endereço (com CEP):

Fone e Fax:

Conta Bancária nº

Qualificação do preposto autorizado a firmar o contrato/ata:

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, MONTAGEM, OPERAÇÃO E DESMONTAGEM DE INFRAESTRUTURA TÉCNICA PARA EVENTOS.

PROPOSTA DE PREÇOS

<u>Item</u>	<u>Quant</u>	<u>Unid.</u>	<u>Descrição</u>	<u>P.Unit</u>	<u>P.Total</u>	<u>Marca/Modelo</u>
1						
2						
3						

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: _____

PRAZO DE ENTREGA: _____

VALIDADE DA PROPOSTA: _____

Declaro, sob as penas da lei, que todos os produtos atendem todas as especificações exigidas no Anexo I do Edital.

Declaro que os preços acima indicados contemplam todos os custos diretos e indiretos incorridos pela proponente na data da apresentação desta proposta incluindo, entre outros: tributos, encargos sociais, material, despesas administrativas, seguro, frete e lucro.

_____, ____ de _____ de 2026.

Nome do Representante Legal:

Assinatura do Representante Legal:



ANEXO V

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/2026

PROCESSO Nº 015/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2026

Aos dias do mês de do ano de dois mil e (.././..), a **PREFEITURA MUNICIPAL DE GÁLIA**, CNPJ nº. 44.518.389/0001-37, sediada na Praça Custódio de Araújo Ribeiro, nº 755, Centro, Gália/SP, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, **JOSÉ SILVINO ZANIBONI JÚNIOR**, (qualificação), após a adjudicação e homologação do resultado obtido no Pregão Eletrônico nº 007/2026, resolve registrar os preços do objeto estabelecido na Cláusula Primeira deste instrumento oferecidos pela empresa, inscrita no CNPJ nº.-/....-., situada na, nº., Bairro, CEP., em/SP, neste ato representada por seu, o Sr., RG nº.-SSP/SP e CPF/MF nº.-., residente e domiciliado na Rua, nº., em/...., doravante cognominada "**DETENTORA**", acordam proceder, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, com seus respectivos preços unitários, observadas as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto da presente Ata de Registro de Preços a contratação de serviços de locação, montagem, operação e desmontagem de infraestrutura técnica para eventos, conforme seguem discriminados:

Item	Código	Qtd.	Unid.	Descrição	Unit.	Total.

O valor total desta Ata de Registro de Preços é de R\$ _____ (_____).

1.2 - Fica fazendo parte integrante desta Ata de Registro de Preços o edital, anexos e Ata da Sessão do Processo Licitatório 015/2026 - Pregão Eletrônico nº 007/2026.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA DA ATA E REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

2.1 - O prazo de vigência deste Registro de Preços será de 01 (um) ano contado a partir da data de sua assinatura.

2.2 - Extingue-se automaticamente, por decurso do prazo de sua vigência.



2.3 - Poderá ser prorrogada por mais 01 (um) ano, desde que comprovada a vantajosidade do preço.

a) Em caso da prorrogação da vigência da ARP, e se houver acordo entre as partes, o preço registrado poderá ser reajustado pelo IPCA-IBGE relativo aos 12 (doze) últimos meses já publicados, sem prejuízo da manutenção da vantajosidade do(s) preço(s).

b) a vantajosidade do preço registrado deverá ser comprovada pelo município através de pesquisa de mercado.

2.4 - Durante a vigência da Ata o preço registrado será fixo e irrevogável, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações:

a) Quando, e se houver, após criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços, conforme dispõe o artigo nº 134 da Lei nº 14.133/2021;

b) Para o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do “contrato” em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato/ata tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato/ata, conforme dispõe a alínea “d” do inciso II do artigo 24 da Lei nº 14.133/2021.

2.5 - Na ocorrência da criação ou da majoração de tributos incidentes, bem como do desequilíbrio contratual, caberá à Detentora, exclusivamente, a sua comprovação.

2.6 - O município responderá aos pedidos eventuais de repactuação de preço ou do restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis.

2.7 - Comprovada redução do preço praticado no mercado nas mesmas condições do registro, ou alteração negativa ou ainda a extinção de tributos incidentes, a Detentora será convocada pelo Município para a devida alteração do valor registrado.

2.8 - Mesmo comprovada a ocorrência das situações acima previstas o Município, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata para possibilitar que se inicie outro procedimento licitatório.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRAZOS, DAS CONDIÇÕES E DO LOCAL DE EXECUÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

3.1 - Os serviços deverão ser executados conforme Ordem de Serviço emitida pela Secretaria requisitante, em locais previamente definidos pela Administração Municipal, dentro do território do Município de Gália/SP.



3.2 - Os serviços serão utilizados em eventos culturais, artísticos, institucionais e turísticos realizados no Município de Gália/SP, promovidos ou apoiados pela Secretaria de Cultura, Desenvolvimento Econômico e Turismo, conforme demanda da Administração.

3.3 - Os locais de execução, os quantitativos efetivos por evento e as especificações operacionais complementares serão definidos em Solicitação/Ordem de Serviço específica, a ser formalizada pela Administração com antecedência mínima de 07 (sete) dias corridos, ressalvadas hipóteses devidamente justificadas nos autos, observados os limites e condições estabelecidos na Ata de Registro de Preços.

3.4 - A autorização de fornecimento/ordem de serviço será expedida por quaisquer meios de comunicação que possibilitem a comprovação do respectivo recebimento por parte da Detentora, inclusive fax e correio eletrônico (e-mail).

3.5 - Fica designado como gestor dos contratos/atas de registro de preços oriundos deste procedimento licitatório o Secretário Municipal de Cultura, Desenvolvimento Social e Turismo.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a prestação do serviço, mediante emissão de Nota Fiscal, conferida e assinada pela unidade a que se destina, encaminhado para tramitação do Processo de instrução e liquidação junto ao Departamento de Contabilidade.

4.2. A Nota Fiscal/Fatura liquidada, deverá, obrigatoriamente, conter o mesmo CNPJ/MF do vencedor da contratação e atestada pelo fiscal do contrato.

4.3. Os pagamentos serão efetuados através de ordem de pagamento bancário ou depósito em conta.

4.4. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

4.5. Não será efetuado qualquer pagamento a CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

4.6 - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, quando for o caso.

4.7 - A contratada/detentora regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido



previsto na referida Lei Complementar.

4.8 - A presente licitação NÃO permitirá a antecipação de pagamento, quer seja parcial ou total.

4.9 - Os recursos orçamentários para o atendimento das despesas com as aquisições oriundas da presente Ata de Registro de Preços serão indicados no momento de cada contratação.

CLÁUSULA QUINTA - DIREITOS, OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

5.1 - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas na solicitação da compra;

5.2 - Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do serviço, para que seja reparado ou corrigido;

5.3 - Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente a execução do serviço, no prazo e forma estabelecida no termo de referência;

CLÁUSULA SEXTA - DIREITOS, OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

6.1 - Prestar o serviço conforme especificações, prazo e local constante do Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal;

6.2 - Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas ou durante o prazo da execução do serviço, os serviços com defeitos;

6.3 - Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.4 - Manter, durante toda a execução do contrato/Ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de licitação;

6.5 - Manter o mais rigoroso sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos e especificações do CONTRATANTE que venha a ter acesso em razão da execução do serviço, não podendo, sob qualquer pretexto, revelá-los, divulgá-los, reproduzi-los ou deles dar conhecimento a quaisquer terceiros.

6.6 - Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto contratual, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, em conformidade com o estabelecido no art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1 - As sanções administrativas serão: advertência, multa, impedimento de licitar e contratar com este Ente Público e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, com



fulcro no Título IV - Das Irregularidades, Capítulo I - Das Infrações e Sanções Administrativas, da Lei nº 14.133/2021.

7.2 - A penalidade de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 desta Lei, qual seja dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

7.3 - A Contratada estará sujeita às seguintes multas:

a - moratória de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

b - moratória de 15% (quinze por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 45 (quarenta e cinco) dias;

c - a partir do 46º (quadragésimo sexto) dia estará caracterizada a inexecução total da obrigação assumida, sujeitando-se, a Detentora, à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor registrado, autorizando a Administração a promover a extinção do contrato/Ata por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

8.3.1 - O adjudicatário que convocado, recusar-se injustificadamente em assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo marcado, incorrerá em multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida;

7.4 - Caracterizada a inexecução e constatado o prejuízo ao interesse público, a Contratante poderá aplicar à Contratada outras sanções ou até mesmo iniciar o processo de extinção contratual.

7.5 - Os valores correspondentes à prática de infrações contratuais serão retidos e deduzidos do pagamento da Nota Fiscal/Fatura, após o que será a Contratada notificada para, querendo, apresentar defesa administrativa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

7.6 - Os valores retidos pela prática de infrações poderão, após regular processo administrativo, ser convertidos em multa pela autoridade competente.

7.7 - A devolução dos valores retidos, caso não convertidos em multas, será realizada com a incidência de correção monetária, conforme índice utilizado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, sem aplicação de juros de mora.

7.8 - Caso não seja possível a retenção e dedução do pagamento da nota fiscal/fatura, os valores relativos à multa serão pagos mediante notificação de cobrança; neste caso, a Contratante encaminhará, no primeiro dia útil após vencidos os prazos estipulados neste contrato, notificação de cobrança à Contratada, que deverá fazer o recolhimento aos cofres públicos até o 5º (quinto) dia útil a partir de seu recebimento, sob pena de cobrança judicial, observando que:



- a – as multas previstas neste contrato são cumulativas, ou seja, umas sobre as outras, sendo os limites incidentes sobre cada uma delas; e
- b – na hipótese de a Contratada não efetuar o recolhimento da notificação de cobrança, a Contratante inscreverá o valor em dívida ativa.

7.9 - A penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Gália será aplicada, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, sem prejuízo da multa de 10% (dez por cento) sob o saldo remanescente do contrato, nos seguintes casos:

- a - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b - dar causa à inexecução total do contrato;
- c - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- d - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado; e – não substituir ou refazer, no prazo estipulado, os serviços recusados pela Contratante; e/ou
- f – descumprir os prazos e condições previstas neste contrato.

7.10 - A penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública será aplicada, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos termos do artigo 156, IV, da Lei n. 14.133/2021, nos seguintes casos:

- a – apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- b – fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c – comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d – praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e – praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846/2013.

7.11 - É admitida a reabilitação do contratado perante a Prefeitura Municipal de Gália, no caso de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, exigindo, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- a - reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b - pagamento da multa;
- c - transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos.

7.12 - As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa.



7.13 - Na aplicação das penalidades acima serão admitidos os recursos previstos em lei, observando-se o contraditório e a ampla defesa.

7.14 - Ocorrendo caso fortuito ou força maior, regularmente comprovado e aceito pela Contratante, a Contratada ficará isenta das penalidades.

7.15 - Além das penalidades acima citadas, a Contratada ficará sujeita ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores da Contratante.

CLÁUSULA OITAVA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

8.1 – A execução dos serviços será efetuada mediante expedição, pela secretaria solicitante, da ordem de serviço ou documento equivalente, da qual constará a data de expedição, especificações dos serviços, quantitativos, prazo, local de execução e preço unitário e total, que substituirá o Termo de Contrato.

8.2 - Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, sua detentora, fica obrigada a executar os serviços ofertados, nas quantidades indicadas pela secretaria solicitante, em cada “ordem de serviço ou documento equivalente”.

8.3 - O Município de Gália não está obrigado a solicitar uma quantidade mínima dos serviços, ficando a seu exclusivo critério a definição da quantidade e do momento da solicitação.

8.3.1 - Os quantitativos totais expressos no Anexo I – Termo de Referência são estimativos e representam as previsões do Município para execução durante o período de 12 (doze) meses.

8.4 - A existência do preço registrado não obriga o Município de Gália firmar as contratações que dele poderão advir, facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação vigente, sendo assegurado à detentora da Ata de Registro de Preços preferência em igualdade de condições.

8.5 – Os serviços serão rejeitados na hipótese de o mesmo não corresponder às especificações da Ata de Registro de Preços, devendo ser substituído pela empresa detentora da Ata.

8.6 - Constituem motivos para o cancelamento da Ata de Registro de Preços as situações referidas no artigo 155 da Lei Federal 14.133/21.

8.7 - O cancelamento do registro de preços poderá ainda ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da Ata, devidamente comprovados e justificados por razão de interesse público; à qual incluem as situações em que a detentora da ata:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela



Administração, sem justificativa aceitável;

- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

8.8 - Os preços registrados obrigam os proponentes e durante a vigência da Ata o preço registrado será fixo e irredutível, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea “d”, do inciso I do art. 124 da Lei nº 13.144/2021 ou de redução dos preços praticados no mercado. As hipóteses para o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro da contratação exigem a superveniência de caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da(s) contratação(ões) tal como pactuado.

8.9 - Independentemente de solicitação dos contratados, a Administração poderá convocar o licitante vencedor, após a assinatura da ata de registro de preços, para negociar a redução dos preços visando manter o mesmo objeto cotado na qualidade e especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.

8.10 - A Ata de Registro de Preços, decorrente desta licitação, se extingue automaticamente, por decurso do prazo de sua vigência.

9.11 - Integra a presente Ata para todos os fins o Edital e seus anexos, a proposta da detentora da ata, bem como a Ata da Sessão do Pregão.

9.12 - Fica eleito o Fórum da Comarca de Gália/SP, para dirimir divergências ou causas oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam a presente Ata de Registro de Preços em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Gália, de de

PREFEITURA MUNICIPAL DE GÁLIA
José Silvino Zaniboni Júnior - Prefeito Municipal

DETENTOR DA ATA

TESTEMUNHAS:

1 - _____

Nome:

RG nº

2 - _____

Nome:

RG nº



TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GÁLIA

CONTRATADA:

CONTRATO N°:

OBJETO: Registro de preços para contratação de serviços de locação, montagem, operação e desmontagem de infraestrutura técnica para eventos.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº 01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s); e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Gália, ___ de _____ de 2026.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: JOSÉ SILVINO ZANIBONI JÚNIOR

Cargo: Prefeito Municipal de Gália/SP

CPF:



**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA
DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pela contratante:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

Pela contratada:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

GESTOR DO CONTRATO:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____